ATA DA 553ª SESSÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO SUPERIOR DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO – BIÊNIO 2016/2018

Aos vinte dias do mês de abril do ano de dois mil e dezoito, na Sala de Reuniões do Edifício Sede, situada na Rua Boa Vista, nº 200, 1º andar, reuniu-se o Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado, sob a Presidência da Senhora Primeira Subdefensora Pública-Geral, Juliana Garcia Belloque. Presentes os/as Conselheiros/as: Alexandre Orsi Netto, representando a Corregedoria-Geral, Patrícia Lucíola Dias de Morais, Fabiana Botelho Zapata, Florisvaldo Antonio Fiorentino Junior, Horácio Xavier Franco Neto, Julio Cesar Tanone, Leandro de Col Loss, Lucio Mota do Nascimento, Luiz Eduardo de Toledo Coelho, Octavio Ginez de Almeida Bueno, Pedro Antonio de Avellar, representando a Apadep Leonardo Scofano Damasceno Peixoto e representando a Ouvidoria-Geral Alderon Pereira da Costa. A Presidente iniciou a sessão às 09h44, convidando a todos para comparecem à abertura da VI Jornada da Moradia Digna da Defensoria Pública, que trazia como tema "Mulheres em luta pelo direito à moradia e à cidade", sendo realizada ainda naquele dia, na sede administrativa da Instituição. Neste sentido, comentou que o evento se tratava de uma iniciativa do Núcleo Especializado de Habitação e Urbanismo, como também de Promoção e Defesa dos Direitos da Mulher, com o propósito de promover um diálogo entre homens e mulheres, no que tange às diversas formas de violência. Comunicou que, no mês de maio, o Núcleo Especializado de Promoção e Defesa dos Direitos da Mulher promoveria alguns eventos, incluindo a audiência pública "Mães em Cárcere", haja vista a comemoração dos 10 (dez) anos do órgão. Comunicou que, na última segunda-feira, esteve presente à sede do Ministério Público (MP/SP), na cerimônia de posse do Procurador-Geral de Justiça, Gianpaolo Smanio. Citou que, na oportunidade, estiveram presentes o Governador do Estado de São Paulo, Márcio França, o Ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Alexandre de Moraes, parlamentares e o Defensor Público Assessor Parlamentar, Rafael Pitanga. Por fim, comunicou que, naquela semana, houve a instalação do novo modelo de atendimento nas Unidades de Mauá e São José dos Campos, propiciando maior agilidade e qualidade durante o atendimento aos assistidos. Após, passou-se às comunicações da Secretaria. Registrou-se que, conforme o artigo 4º, §1º do Regimento Interno, os Conselheiros Alexandre Orsi Netto e Lucio Mota do Nascimento, estiveram participando da sessão do Conselho, mesmo em período de férias. Em seguida, passou-se ao momento aberto. A Presidente franqueou a palavra à primeira inscrita, representante da Associação dos Servidores, Safira Bonilha de Oliveira. Ela lamentou a ausência dos candidatos ao cargo de Defensor/a Público/a-Geral, conforme agendamento na entidade de classe para tratativas de temas pertinentes aos servidores/as. Neste sentido, informou que a Associação promoveria uma eleição própria, a fim de dar voz à carreira dos/as servidores/as diante das expectativas da entidade de classe em relação à Instituição e, para isto, realizaria uma votação para rever quem seria o candidato que melhor representaria a carreira, nos moldes utilizados pela Defensoria Pública do Rio Grande do Sul, e sinalizou que a apuração se daria no próximo dia 23 de abril de 2018. Após, a Presidente franqueou a palavra ao representante do Movimento Social Fórum Municipal de Defesa dos Direitos Humanos de Campinas, Sr. Paulo Tavares Mariante. Ele mostrou sua indignação diante da decisão proferida pelo Conselho Superior, no que tange ao processo eleitoral para a escolha do cargo de Ouvidor/a-Geral, haja vista a suspeita de fraude por parte de um dos candidatos e, neste sentido, afirmou que a Defensoria Pública se posicionava aquém das expectativas e da credibilidade perante a sociedade civil. Por fim, pontuou que formalizaria uma denúncia diante do Ministério Público (MP) de forma a impugnar o processo eleitoral. Após, a Presidente franqueou a palavra ao usuário da Defensoria Pública, Sr. Gilson de Souza Cavalcanti. Ele lamentou sobre o atendimento prestado pela Instituição e pelo andamento dos processos tramitados no âmbito da Defensoria Pública, citando seus casos. Após, a Presidente franqueou a palavra ao representante do Movimento Advogados para a Democracia e do Observatório das Violências Policiais, Sr. Rodrigo Sérvulo da Cunha Vieira Rios. Ele reforçou a insatisfação com o processo de eleição para o cargo de Ouvidor/a-Geral, diante das denúncias apresentadas por parte de um dos candidatos. Indagou ao Colegiado sobre os reais motivos que levaram à exclusão do Conselho Estadual de Direitos da Pessoa Humana (CONDEPE) do processo eleitoral. Solicitou ao Conselho Superior que promovessem a sabatina, somente após a apuração das denúncias. Por fim, solicitou informações relativas à atuação da Defensoria Pública

em casos de violência policial. Após, a Presidente franqueou a palavra ao representante do Movimento Nacional da População de Rua, Sr. Renato Ribeiro Sena. Ele solicitou o cancelamento da sabatina dos candidatos que concorrem ao cargo de Ouvidor/a-Geral de Defensoria Pública e justificou que, em razão das denúncias fomentadas por parte de um dos candidatos, a credibilidade da Defensoria Pública, diante da sociedade civil, poderia ficar abalada. Após, a Presidente franqueou a palavra ao representante da Associação Pró Moradia AMCL de Ribeirão Preto, Sr. Platinir da Silva Nunes. Ele mencionou que o atendimento realizado pela Unidade Ribeirão Preto era realizado por estagiários de Direito e sequer oportunizava o contato com os Defensores Públicos lotados naquela Unidade. Citou que, por vezes, passava o dia na Unidade tentando dialogar com os Defensores, alegando que os estagiários eram limitados em relação a questões de moradia. Afirmou sobre a necessidade de um Defensor Público para tratativas acerca de temas específicos. Por fim, solicitou o adiamento da sabatina para o cargo de Ouvidor/a-Geral. Após, a Presidente franqueou a palavra à representante da União de Mulheres do Município de São Paulo, Sra. Rute Alonso da Silva. Ela mencionou que estava participando do processo eleitoral ao cargo de Ouvidor/a-Geral e que compusera a lista tríplice apresentada, tanto pelo CONDEPE, como pela Comissão Eleitoral da Defensoria Pública. Proferiu a leitura de uma carta de apresentação, na qual concluía que o novo processo de eleição para o cargo de Ouvidor/a-Geral afastava a sociedade civil das tomadas de decisões e de sugestões sobre esse processo. Pontuou que, tanto o método de inscrições para a votação, quanto os horários estipulados, dificultaram a presença dos usuários da Defensoria e das pessoas vulneráveis às urnas de votação. Por fim, solicitou a suspensão do processo, ante os indícios de fraude no processo eleitoral, ou até o fim da apuração de todas as irregularidades. Após, a Presidente franqueou a palavra à representante do Centro de Direitos Humanos de Sapopemba, Sra. Valdênia Aparecida Paulino Lanfranchi. Ela criticou que o processo eleitoral para escolha do cargo de Ouvidor/a-Geral seguisse mesmo com os indícios de fraude. Ressaltou que a sociedade civil se embasava em diferentes níveis sociais e mencionou que a Defensoria Pública partidarizava em defesa do Estado e da elite branca. Por fim, considerou que o candidato, Sr. William Fernandes, que integrava a lista tríplice, lamentavelmente, optava em apoiar a elite. Após, a Presidente franqueou a palavra ao representante da Sociedade Civil, Sr. Marcos Antonio Jose de Paula. Ele descreveu sobre as atividades exercidas pelo candidato ao cargo de Ouvidor-Geral, Sr. Washington Carlos de Almeida, no que se refere às funções filantrópicas por ele realizadas, tanto em fronteiras territoriais, como na Capital. Após, a Presidente franqueou a palavra ao representante da sociedade civil, Sr. Ayran Oliveira Michelin. Ele mostrou a importância da Defensoria Pública ante à sociedade civil, tornando-a ainda mais imprescindível em situação de vulnerabilidade, destacando a página da Ouvidoria-Geral, no portal da Instituição, e lembrou do princípio do Órgão, se solidarizando com as palavras trazidas na fala da Sra. Valdênia, no que tange à priorização política. Por fim, a Presidente franqueou a palavra à representante do CONDEPE, Sra. Maria Nazareth Cupertino. Ela mostrou contentamento com o voto apresentado pela relatora no processo CSDP nº 602/17, que visava o adiamento da sabatina, contudo, lamentou pelo julgamento final em que a maioria havia optado pela sequência do processo de eleição para o cargo do Ouvidor/a-Geral. Lembrou que o CONDEPE havia sido interpretado equivocamente pela fala trazida no momento aberto em sessão anterior e lembrou que o atual Ouvidor-Geral havia sido duramente criticado por uma postagem publicada na página da Ouvidoria da Defensoria Pública. Sugeriu que o mesmo fosse feito nas redes sociais criadas pelos Defensores/as Públicos/as. Por fim, afirmou que o CONDEPE seguia em parceria com a Defensoria Pública, tanto na forma pública, como na forma política. Registra-se que a Presidente concedeu direito de resposta ao candidato William Fernandes, que havia sido citado fala da Sra. Valdênia. Neste sentido, o Sr. William afirmou ser impossível a existência de uma Ouvidoria longe da sociedade civil e lamentou os ataques trazidos no momento aberto, solicitando respeito ao processo eleitoral. Após, não havendo mais inscritos, a Presidente prestou os seguintes esclarecimentos. Sobre a fala do representante do Observatório das Violências Policiais e dos Advogados para a Democracia, informou sobre a existência de um trabalho realizado pelo Núcleo Especializado de Cidadania e Direitos Humanos, da Infância e Juventude, e de Situação Carcerária. Sobre a fala do Sr. Platinir, pontuou que o excesso de demandas da Unidade Ribeirão Preto, por vezes, impossibilitava o atendimento do Defensor Público diretamente com o assistido. Por fim, assentiu que, após a sessão, houvesse um diálogo entre a Ouvidoria e a Terceira

Subdefensoria Pública-Geral para maiores esclarecimentos sobre esse tema. Sobre a fala da representante do CONDEPE relatou que desconhecia a fonte da mensagem citada e considerou que a página da rede social era de cunho pessoal, ao contrário da página da Ouvidoria, que era institucional. Pontuou que toda e qualquer interpretação equivocada da sessão anterior poderia ser esclarecida ante à gravação integral disponibilizada na página institucional, como pelo canal do "*YouTube*", da Ouvidoria. Ressaltou que o voto apresentado pela relatora no processo CSDP nº 602/17 sugeria a suspensão do calendário eleitoral, visando apurar os indícios de fraude, contudo, diante da divergência sobre o momento da sabatina, ao processo seria dada continuidade. Por fim, citou que, até uma nova ordem judicial, prevalecia a normativa vigente, ou seja, a Deliberação CSDP nº 341/17. Após, não havendo mais inscritos, passou-se à manifestação dos Conselheiros para assuntos diversos. O Ouvidor Alderon Pereira cumprimentou aos candidatos presentes e aos inscritos na fala do momento aberto. Informou que, na última quarta-feira, havia sido apresentado o Plano Estadual de Direitos Humanos, ao Secretário de Justiça, Márcio Elias Rosa. Citou que o plano advinha de 22 (vinte e duas) audiências públicas e que contou com o apoio da Defensoria Pública, do Instituto Paulo Freire, da Secretaria de Justiça e da Secretaria de Segurança Pública. Mencionou que, na última quinta-feira, havia sido realizada uma roda de conversa para tratativas sobre metodologia de atuação em situação de reintegração de posse e na oportunidade esteve presente o Núcleo Especializado de Habitação de Urbanismo. Reiterou o convite para a participação da 6ª Jornada da Moradia Digna, que seria realizada naquele dia, no auditório da sede administrativa. Comentou sobre a publicação do caderno sobre direitos da população de rua, realizada pela Edepe, abrangendo relatos desde o "I Seminário de Acesso à Justiça das Pessoas em Situação de Rua", realizado na Capital, em 2016, pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP) e do "I Seminário Nacional de Defensorias Públicas e População de Rua", realizado no Estado do Rio de Janeiro em 2017. Mostrou constrangimento perante a sabatina, haja vista o andamento de apuração de irregularidades no processo eleitoral e, sobretudo, pela restrição da participação da sociedade civil neste momento de escolha do próximo Ouvidor/a-Geral. Solicitou ao Colegiado que apurasse possíveis vazamentos de informações, no que tange aos alunos citados nas atas apresentadas pelos Defensores Públicos e a sindicância apurada pela Faculdade Carlos Drummond de Andrade. Por fim, comunicou que havia protocolado junto ao Ministério Público o pedido de apuração à esfera dos fatos recentes ocorridos na Defensoria Pública, no que se refere ao processo eleitoral para a escolha do cargo de Ouvidor/a-Geral. O eepresentante da Apadep, Leonardo Scofano informou que, no próximo sábado, haveria o debate entre os candidatos a Defensor/a-Geral e que os associados poderiam acompanhar *online*, através do portal da entidade de classe. Pontuou que Apadep havia constituído uma comissão eleitoral para promover as eleições da próxima gestão e relatou que seriam os membros: Clarissa Portas, Maria Victoria de Barros e Claudio Lucio de Lima. Por fim, mencionou que, naquela semana, havia participado de uma reunião com a Assessoria de Gabinete do Ministro Og Fernandes, para tratativas sobre o recurso especial da ação coletiva acerca da desvinculação de Defensores/as à Ordem dos Advogados do Brasil e, nesta oportunidade, esteve presente o Defensor Público, Rafael Muneratti. O Conselheiro Pedro Avellar abordou que se avizinha o seu período de aposentadoria e enalteceu seu orgulho em participar durante todos esses anos de uma carreira de profundo profissionalismo. Assim, agradeceu o empenho de todos/as Defensores/as Públicos/as pelo profissionalismo nas atuações e no atendimento aos assistidos, na elaboração de *habeas corpus*, visitação ao sistema prisional e de internação, e nas esferas cível e de execução criminal. O Conselheiro Florisvaldo Fiorentino respondeu à fala do momento aberto a respeito da Unidade de Ribeirão Preto, apontando lá existir apenas 08 (oito) Defensores/as Públicos/as atuantes nas esferas cível, família, fazenda pública e violência doméstica, com altas demandas de atendimento. Ressaltou que havia acompanhado a Pré-Conferência realizada na cidade, oportunidade em que se observou a problemática acerca das questões de moradia. Por fim, informou que houve uma reestruturação na Unidade São José dos Campos, no que tange à melhoria no espaço de atendimento e a instalação do gerenciador de filas, nos moldes que vem sendo padronizados nas demais Unidades. Por fim, mencionou que a Administração Superior estava atenta às demandas da Instituição e caso houvesse necessidade de incremento, este seria realizado no processo de expansão, a ser deliberado pelo Egrégio Conselho Superior em momento oportuno. Após, não havendo mais inscritos para manifestações diversas, a Presidente deu início

à ordem do dia, indagando aos Conselheiros sobre as inversões e exceções de processos em pauta, as quais foram aprovadas na seguinte ordem. CSDP nº 602/17. Interessado/a: Defensoria Pública Geral do Estado. Assunto: Processo de eleição da lista tríplice para preenchimento do cargo de Ouvidor-Geral da Defensoria Pública do Estado de São Paulo. Relatora: Conselheira Fabiana Botelho Zapata. A relatora informou ter recebido o protocolo contendo a manifestação de um grupo da Faculdade Carlos Drummond de Andrade, que relatava a instauração de novo procedimento de apuração, sinalizando o prazo de 30 (trinta) dias, para sua conclusão. A Faculdade ainda noticiou a anulação da sindicância anteriormente informada ao Conselho em razão de ter sido instaurada por pessoa incompetente. A Faculdade incluiu dentre os fatos apurados, a situação de possível promessa de nota em diversas matérias, em caso de votos em favor do candidato professor. Assim, a relatora solicitou que a sabatina fosse postergada, em razão de novo fato surgido. Relatou que, nesta semana, ainda foi recebido outro protocolo formulado por alguns Defensores Públicos, os quais solicitavam a suspensão do processo eleitoral em razão das denúncias constantes nos autos e pediam que fossem apuradas as irregularidades, antes da sabatina. Informou que a Comissão Eleitoral havia prestado informações a respeito da diligência solicitada pelo Conselho Superior e que o candidato já havia sido intimado para apresentar sua defesa e indicar testemunhas. Assim, votou no sentido de readequar a agenda eleitoral, visando aguardar a vinda do resultado da sindicância. Após, a Presidente encaminhou para discussão. O Conselheiro Pedro Avellar destacou que havia declarado voto na última sessão, além de sugerir mudanças pontuais na ata da sessão, e considerou que os argumentos novos, acostados nos autos, após sua análise, não o faziam mudar o entendimento, não vislumbrando a necessidade de suspender o procedimento. Sugeriu a manutenção da decisão do Colegiado, conforme deliberado na última sessão, realizando-se a sabatina dos candidatos. O Ouvidor Alderon Pereira ponderou sobre a importância de se aguardar a apuração dos fatos e considerou que, diante da notícia de cancelamento da sindicância da faculdade, os fatos novos poderiam afetar a decisão do Conselho Superior, a depender da discussão. O Conselheiro Luiz Eduardo considerou que em decorrência da mudança do processo eleitoral do cargo de Ouvidor Geral era de se esperar a necessidade de aprimoramentos, e analisou ser um momento delicado, pois havia um mandado de segurança interposto pela candidata Irina Bacci e Raquel Lima e Rute Alonso, questionando a legitimidade do processo eleitoral. Relatou que, nesta semana, a liminar de suspensão havia sido negada na ação. Assim, aderiu ao encaminhamento feito pelo Conselheiro Pedro Avellar, e afirmou ser necessário respeitar a presunção de inocência até que se prove o contrário, citando que os fatos trazidos já eram de conhecimento da Faculdade, e posteriormente o resultado da sindicância seria apresentado. Contudo, avaliou que o período eleitoral parecia interferir nos debates sobre o assunto. A Presidente mostrou contentamento pela referência ao mandado de segurança feita na fala do Conselheiro Luiz Eduardo, relativo à decisão na ação, pois considerou que isso aponta o reconhecimento da autonomia institucional, evitando decisões externas, mas não significava que o Conselho Superior deveria se eximir da responsabilidade de avaliação. Citou que o fato novo era de uma maior abrangência na apuração por parte da Faculdade Carlos Drummond de Andrade e o prazo solicitado estava sendo analisado pela Comissão Eleitoral, podendo ser apreciado pelo Colegiado nos autos, antes do encerramento do mandato do atual Ouvidor. Ponderou que a postergação e/ou mudança do calendário é uma escolha de conveniência pelo Colegiado, mas daria maior tranquilidade se aguardassem a apuração, dando credibilidade institucional, antes da sabatina dos candidatos. A relatora informou que a Faculdade Carlos Drummond de Andrade havia protocolado, neste instante, uma retificação da portaria nº 07, retificando o mês do documento. A Conselheira Fabiana Zapata mencionou que a decisão judicial no mandado de segurança mencionado pelo Conselheiro Lis Eduardo apenas indicava ser a via eleita inadequada à discussão da causa, diante da necessidade de dilação probatória. A Presidente comentou que a questão deveria ser enfrentada pelo Conselho Superior, sendo que a decisão institucional deveria ser a mais responsável possível. Pontuou que os fatos novos referem-se a uma maior abrangência de sindicância, incluindo uma conduta fática, sendo que a iniciativa era da própria Faculdade. O Conselheiro Pedro Avellar apontou que a iniciativa vinha da vice-reitoria, que colocava duas questões, deixando de ser fatos novos em sua opinião. A Presidente esclareceu que o objetivo da sindicância anterior era focado na denúncia de que havia promessa do candidato em horas complementares de estágio e pontuou que sete alunos/as haviam relatado a mesma notícia em

sessões eleitorais distintas. Abordou que a apuração se baseia em denúncia de sete relatos, mas ainda existe um relato adicional identificado, sendo de uma pessoa que tem sua identidade preservada. Informou que a sindicância estava sendo realizada pela Faculdade Drummond, e salientou que a sabatina realizada neste dia embasaria o voto que deverá ser proferido na próxima sessão, a fim de deliberarem, mesmo que tenha havido avanço nas sindicâncias. Afirmou que, mesmo que fossem utilizados o prazo de 30 (trinta) dias de apuração da sindicância, este findaria em 19 (dezenove) de maio, sendo que o mandato do Ouvidor Geral se encerraria em 05 (cinco) de junho, podendo ser realizada sessões extraordinárias para definição da escolha pelo Conselho Superior. Reforçou que a situação sequer violaria a presunção de inocência, pois a escolha do cronograma é decidida pelo Conselho Superior, diante de sua conveniência. Por fim, ponderou que o processo deveria ser decidido com cautela, de modo que o processo fosse legitimado publicamente e pacificado. O Conselheiro Julio Tanone considerou impossível, pelas informações indicadas, imputar qualquer nulidade ao feito, e avaliou que o procedimento continua em perfeitas condições de prosseguir, e caso houvesse suspensão, que fosse por meio de deliberação pelo Colegiado. O Ouvidor Alderon Pereira esclareceu que a pessoa envolvida tinha sua identidade preservada pela Ouvidoria, em razão do sigilo. Sinalizou que havia um questionamento da Sra. Valdênia Aparecida Paulino, visando pedir esclarecimentos do Conselheiro Luiz Eduardo para que explicasse como ficaria, eticamente, o fato dele ter sido orientador do candidato investigado, além de compor o corpo docente da faculdade onde o investigado é coordenador. O Conselheiro Luiz Eduardo mencionou que, a partir do momento da apuração, avaliará sobre a ética e conduta de sua manifestação, visando se declarar suspeito e/ou impedido de atuar nos autos. Pediu cautela na condução das manifestações acusatórias advindas da sociedade civil e declarou que o candidato havia participado de sua banca de mestrado na PUC/SP, onde ele foi orientado por professora diversa, e citou que outro membro da banca tinha sido o Defensor Gustavo Junqueira. Esclareceu que como professor em faculdade, o vínculo era mantido com seu mantenedor há mais de ano, e citou que o candidato sequer tinha posição de Coordenador. Falou que ele, Conselheiro, tinha vínculo com outros locais, como com a Fundação Carlos Chagas. Destacou que em momento algum tinha escolhido o candidato para ser seu orientador e afirmou que conhecer a pessoa sequer o torna suspeito para votar no processo eleitoral. Por fim, pediu parcimônia e cautela nas falas, visando evitar ofensas pessoais, e considerou que, por ora, se sente apto a julgar. A relatora informou que mantinha o seu encaminhamento, no sentido de que os fatos novos não causavam nulidade ao processo eleitoral, e a impugnação específica ao candidato implicava na apuração pela Comissão Eleitoral, e no que tange à proposta de suspensão do processo eleitoral pelos Defensores/as, ela mantinha o posicionamento de aguardar a apuração da Comissão Eleitoral e, consequentemente, designar a sabatina somente após o seu resultado. Considerou que o procedimento de apuração estava em curso, mas votava pela readequação da agenda, por entender que não se tratava de anulação do processo eleitoral. O Ouvidor Alderon Pereira havia solicitado a suspensão da sabatina, mas retirou a proposta, pois entendia que era impossível o diálogo com essa composição do Conselho Superior. No entanto, mostrou a importância de encontrar um caminho, que contemplasse a todos. A Presidente encaminhou para votação o pedido de suspensão encaminhado pelos Defensores/as Públicos, visando aguardar a apuração da decisão sobre as denúncias encaminhada pela Comissão Eleitoral, além da readequação do calendário. O Conselheiro Pedro Avellar discordou do voto da relatora, a fim de dar prosseguimento à sabatina. Assim, após as posições divergentes, a Presidente encaminhou para deliberação, sendo aprovado por maioria de votos, nos termos do voto do Conselheiro Pedro Avellar. O Conselho Superior DELIBEROU, por maioria de votos, nos termos do voto do Conselheiro Pedro Avellar, rejeitou a proposta da relatora, mantendo-se o calendário previamente agendado com a realização da sabatina, na presente sessão, entre os candidatos presentes. Vencidos os/as Conselheiros/as Fabiana Botelho Zapata e Florisvaldo Antônio Fiorentino Junior, que votavam pela suspensão da sabatina, visando aguardar a apuração da Comissão Eleitoral, e consequentemente readequar o calendário eleitoral. Absteve-se o Conselheiro Julio Cesar Tanone. Consigna-se que houve a suspensão da sessão às 12h43min para convocação da candidata Rute Alonso, que havia se retirado da sessão ordinária, sendo retomados os trabalhos às 13h, na presença da mesma. A candidata pediu a palavra para manifestação e registrou que mantinha a sua candidatura ao cargo, mas manifestou que, diante das irregularidades do processo eleitoral, se recusava a se sbmeter à

sabatina naquela ocasião. A Presidente encaminhou para discussão. A Conselheira Fabiana Zapata manifestou que, diante da negativa de participação da candidata na sabatina, tinha dúvidas sobre o que aconteceria no processo e se continuaria a existir uma lista tríplice. Pediu à Secretaria do Conselho Superior que certificasse nos autos a recusa da candidata na participação da sabatina, visando acostar aos autos. Em seguida, encaminhou sua sugestão de dinâmica para a sabatina, aplicando 10 (dez) minutos para a exposição de cada candidato, em ordem alfabética. Apontou que faria questões como relatora e posteriormente abriria para questionamentos aos demais Conselheiros/as. O Conselheiro Alexandre Orsi avaliou que a sabatina era requisito superável, pois servia para democratizar as informações e caracterizava uma etapa de convencimento de voto dos membros do Conselho Superior. O Conselheiro Pedro Avellar concordou com o posicionamento do Conselheiro Alexandre Orsi, e sugeriu a oitiva antecipada, se o problema fosse o horário da candidata Rute Alonso, contudo avaliou a ausência de prejuízo caso ela desistisse de participar da sabatina. O Conselheiro Horácio Xavier ressaltou que a candidata pode escolher responder ou não aos questionamentos do Conselho Superior. O Ouvidor Alderon Pereira considerou que, sem a participação da candidata, o processo de diálogo restava prejudicado. A Presidente afirmou que houve uma convocação formal para a sabatina, e entendia que a candidata havia comparecido e se recusou a participar da sabatina, sem desistir da candidatura, assim caso algum Conselheiro tivesse dúvidas poderia ser consultado o plano de trabalho e o currículo no processo. Após as discussões, a Presidente encaminhou para deliberação o prazo a ser estipulado sobre a sabatina entre os candidatos. Consigna-se que às 13h10 a candidata Rute Alonso da Silva se retirou da sessão ordinária. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, fixar a dinâmica de oportunizar 10 (dez) minutos para exposição do entendimento pelo candidato em ordem alfabética, e após, passada a palavra aos Conselheiros para indagação dos candidatos, que teriam 03 (três) minutos de resposta, fixando-se o limite de 15 (quinze) minutos por Conselheiro. **DELIBEROU, ainda, suspender a sessão ordinária para almoço, retornando os trabalhos às 14h. Consigna-se que a sessão foi suspensa às 13h16, sendo retomada às 14h18. Inicialmente, a Presidente chamou para sabatina o candidato Washington Carlos de Almeida, que se apresentou e prestou informações sobre o seu plano de trabalho. Na sequência, a Presidente chamou para sabatina o candidato William Fernandes, que prestou informações sobre o seu projeto de gestão.** Em seguida, a Presidente iniciou a sabatina para a rodada de questões entre os Conselheiros. Registra-se que houve a indagação dos Conselheiros, seguindo a ordem de classificação na ordem de antiguidade entre os membros, iniciando pela relatora, Dra. Fabiana Zapata, seguido dos Conselheiros: Alexandre Orsi, Octavio Ginez, Julio Tanone, Florisvaldo Fiorentino, Lucio Mota, Luiz Eduardo, Horácio Xavier, Leandro Loss, Pedro Avellar e Ana Kayamori. Consigna-se que as 16h58 o Conselheiro Horácio Xavier se retirou da sessão ordinária. O representante da Apadep se absteve de indagar os candidatos. Por fim, a Presidente concedeu três minutos para finalização das manifestações entre os candidatos. O candidato Willian Fernandes agradeceu a oportunidade da oitiva, afirmando serem muitos os temas abordados, e agradeceu pela oportunidade de externar suas razões para querer ser Ouvidor-Geral. Agradeceu também a presença de um amigo que havoa acompanhado a sua sabatina, citando ser ele um líder da cidade de Brasilândia e grande apoiador de sua campanha. Agradeceu também ao candidato Washington Luiz pela participação, embora apresentasse divergência de ideias, mas demonstrou respeito por ele. O candidato Washington Luiz agradeceu a Deus pela oportunidade de estar diante de tantas nobres pessoas, e enalteceu a presença de seus filhos, do reverendo e da vice-reitora da Faculdade, que acompanharam a sabatina. Mencionou que conhecia Willian Fernandes de forma indireta, e que tinha ideias diferentes, mas seguiam o mesmo propósito. Afirmou que há um processo de apuração sobre os fatos que ocorreram no processo eleitoral, e considerou que os três candidatos/as tinham condições de ocupar o cargo na Ouvidoria. Por fim, a Presidente encerrou a sabatina, e informou que o processo retornaria à pauta na próxima sessão, visando a análise da relatoria e consequentemente a indicação pelo Conselho Superior. Deliberou ainda, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. Assim, registra-se a sumula das discussões. O Conselho Superior DELIBEROU, por maioria de votos, nos termos do voto do Conselheiro Pedro Antônio de Avellar, rejeitar a proposta da relatora, mantendo-se o calendário previamente agendado com a **realização da sabatina, na presente sessão. Vencidos os/as Conselheiros/as Fabiana Botelho Zapata e Florisvaldo Antônio Fiorentino Junior, que votavam pela suspensão da sabatina, visando**

aguardar a apuração da Comissão Eleitoral, diante de fato novo comunicado nos autos, e consequentemente readequar o calendário eleitoral. Absteve-se o Conselheiro Julio Cesar Tanone. Deliberou ainda, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 011/17. Interessado/a: Primeira Subdefensoria Pública-Geral do Estado. Assunto: Proposta de abertura de Concurso Estadual de Estagiário de Direito para o exercício de 2017. Relator: Conselheiro Alexandre Orsi Netto. O relator leu o relatório e proferiu o voto no sentido de acolher a listagem encaminhada pelo Departamento de Recursos Humanos, relativo à Unidade Marília. A Presidente encaminhou para discussão e deliberação, sendo aprovado por unanimidade, nos termos do voto do relator. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, nos termos do voto do relator, homologar o resultado do concurso emergencial da Unidade Marília, relativa ao mês de março de 2018, a ser publicada oportunamente. CSDP nº 390/18 (Excetuado a pauta). Interessado/a: Edepe. Assunto: Pedido de afastamento para participação no evento "O acesso à justiça nos tribunais", a ser realizado no dia 26 de abril de 2018. Relator: Conselheiro Horacio Xavier Franco Neto. O relator leu o relatório e proferiu o voto no sentido de deferir o afastamento, conforme solicitado pela Edepe. A Presidente encaminhou para discussão e deliberação, sendo aprovado por unanimidade, nos termos do voto do relator. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, nos termos do voto do relator, deferir o afastamento dos/as seguintes Defensores/as Públicos/as: Alessandro Follador, Joao Felippe Belem de Gouvea Reis, Cristina Victor Garcia, Priscila Morgado Cury, Andre Eugenio Marcondes, Genival Torres Dantas Junior, Leandro de Castro Gomes, Maria Fernanda Ghannage Barbosa e Pedro Cavenaghi Neto, no dia 26 de abril de 2018. CSDP nº 386/18. Interessado/a: Aristeu Bertelli da Silva. Assunto Pedido de afastamento para participação no evento "3º curso de formação em gênero e masculinidades", a ser realizado no período de 25 de abril a 05 de setembro de 2018. Relatora: Conselheira Ana Paula Kayamori de Oliveira. A Corregedora Assistente Patricia Luciola leu o relatório e proferiu o voto no sentido de deferir o afastamento, conforme solicitado pelo interessado. A Presidente encaminhou para discussão. O Conselheiro Pedro Avellar declarou voto no sentido de indeferir o afastamento do interessado, diante da ausência de conveniência e oportunidade do curso, que prejudicaria a unidade envolvida, sendo impertinente o pretendido pelo proponente. A Conselheira Fabiana Zapata informou que há um folder nos autos que menciona a importância do curso para a Instituição, sendo um curso de capacitação do interessado, onde a instituição era parceira com outras instituições, visando multiplicar o conhecimento, com participação do Núcleo Especializado de Promoção e Defesa dos Direitos da Mulher. O Conselheiro Pedro Avellar discordou do afastamento e questionou o motivo da ausência de informação nos autos. A Presidente mostrou a relevância e pertinência do curso para o trabalho do servidor e sugeriu que houvesse o afastamento parcial do interessado, pois iniciaria às 8h30 com término às 12h. O Conselheiro Luiz Eduardo reforçou a ausência de instrução nos autos, e considerou que pedindo vista poderia sanar a exigência de informações, e assim contemplar o afastamento do interessado. A Conselheira Fabiana Zapata justificou que a Coordenação havia concordado com o afastamento, em razão do trabalho desenvolvido nessa temática localmente. O Conselheiro Pedro Avellar considerou que era inviável afastar o interessado pela quantidade de servidores na Unidade, prejudicando o feito. O Conselheiro Alexandre Orsi discordou da vista, pois havia o enunciado CSDP nº 04, que destacava a inviabilidade de diligência para complementação de informações. Considerou que haveria prejuízo de sobrecarga de trabalho, mas encaminhou para que o primeiro dia de trabalho fosse deferido cautelarmente, mas condicionado à juntada do prospecto pelo interessado. O Conselheiro Luiz Eduardo considerou que na próxima sessão deveria constar a complementação de documentação para decisão aos demais dias solicitados. Após as discussões, a relatora aderiu a sugestão de deferimento cautelar, e em seguida a Presidente encaminhou para deliberação, sendo aprovado por unanimidade, nos termos do voto da relatora. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, nos termos do voto da relatora, deferir o afastamento cautelar parcial do proponente, apenas no dia 25 de abril de 2018, no período da manhã, condicionado à complementação de informações pelo interessado para apreciação das demais datas. DELIBEROU ainda, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. Consigna-se que a sessão foi encerrada às 18h06min, sendo prorrogado os demais processos na ordem do dia, os quais sejam: CSDP nº 1172/09. Interessado/a: Segundo Subdefensor Público-Geral. Assunto: Proposta de Edição de Código de Ética. Relator: Conselheiro Florisvaldo Antonio

Fiorentino Junior. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 135/11. Interessado/a: Segunda e Terceira Subdefensoria Públicas Gerais. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP 143/09 (que fixa as atribuições dos Defensores Públicos). Relatora: Conselheira Fabiana Botelho Zapata. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 280/11. Interessado/a: Coordenadora da Regional de São Carlos. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP 132/09, que regulamenta a criação das regionais do interior, capital e região metropolitana. Relator: Conselheiro Alexandre Orsi Netto. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 355/13. Interessado/a: Coordenadora do Núcleo Especializado de Habitação e Urbanismo. Assunto: Proposta de deliberação, que cria a função de Coordenador (a) de Habitação, Urbanismo e questões agrárias e fixa suas rotinas administrativas. Relator: Conselheiro Horácio Xavier Franco Netto. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 113/14. Interessado/a: Coordenadora do Núcleo Especializado de Promoção e Defesa dos Direitos da Mulher. Assunto: Proposta de deliberação que determine a observação, nos documentos, atos normativos e solenidades no âmbito da Defensoria Pública do Estado de São Paulo à flexão de gênero. Relator: Conselheiro Luiz Eduardo de Toledo Coelho. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 185/14. Interessado/a: Corregedoria-Geral. Assunto: Proposta de Deliberação para regulamentação da nova sistemática de arquivamento das sindicâncias realizadas pela Corregedoria-Geral da Defensoria Pública do Estado. Relator: Conselheiro Horácio Xavier Franco Neto. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 221/14. Interessado/a: Lucas Pampana Basoli, Bruno Bortolucci Baghim e Cesar Augusto Luiz Leonardo. Assunto: Proposta de deliberação visando regulamentar a aplicação do artigo 37, inciso XI da Constituição Federal no âmbito da Defensoria Pública do Estado de São Paulo. Relator: Conselheiro Florisvaldo Antonio Fiorentino Junior. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 231/14. Interessado/a: Corregedoria Geral da Defensoria Pública do Estado. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP nº 102/08 (que regulamenta a realização de atividades docentes e discentes por Defensor Público durante a jornada de trabalho). Relator: Conselheiro Florisvaldo Antonio Fiorentino Junior. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 233/14. Interessado/a: Defensores Públicos da Regional de São José dos Campos. Assunto: Proposta de edição de deliberação normativa visando regulamentar a atuação institucional na seara criminal. Relatora: Conselheira Ana Paula Kayamori de Oliveira. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 275/14. Interessado/a: Alexandre Orsi Netto, Luiz Eduardo de Toledo Coelho e Horácio Xavier Franco Neto. Assunto: Proposta de deliberação para regulamentação da organização da prática social no âmbito interno da Defensoria Pública do Estado. Relator: Conselheiro Leandro de Col Loss. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 295/14. Interessado/a: Coordenadora do Núcleo Especializado da Infância e Juventude. Assunto: Proposta de criação da função de Coordenador Regional da Infância e Juventude e a fixação de suas atribuições administrativas. Relator: Conselheiro Luiz Eduardo de Toledo Coelho. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 313/14. Interessado/a: Bruno Ricardo Miragaia Souza. Assunto: Proposta de deliberação para instituir o sistema de registro e gestão dos procedimentos administrativos de tutela coletiva. Relator: Conselheiro Alexandre Orsi Netto. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 327/14. Interessado/a: APADEP. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP nº 253/12 (que trata da possibilidade de compensação de dias trabalhados no âmbito da Defensoria Pública do Estado). Relatora: Conselheira Ana Paula Kayamori Oliveira. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 331/14. Interessado/a: Centro de Atendimento Multidisciplinar da Unidade Vila Mimosa e a Associação de Promotoras Legais Populares Cida da Terra. Assunto: Proposta de

deliberação que visa à transmissão por sistema de videoconferência para todas as Unidades da Defensoria Pública no momento aberto das sessões do Conselho Superior. Relator: Conselheiro Lucio Mota do Nascimento. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 336/14. Interessado/a: APADEP. Assunto: Proposta de deliberação visando regulamentar a concessão de ajuda de custo para moradia aos membros da Defensoria Pública do Estado. Relator: Conselheiro Horácio Xavier Franco Neto. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 346/14. Interessado/a: Bruno Haddad Galvão. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP nº 165/10 (que disciplina a concessão do auxílio-transporte e auxílio-alimentação aos servidores da Defensoria Pública do Estado de São Paulo). Relatora: Conselheira Ana Paula Kayamori Oliveira. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 086/15. Interessado/a: Horacio Xavier Franco Neto. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP nº 089/08 (que regulamenta as hipóteses de denegação de atendimento pela Defensoria Pública, concernentes a interesses individuais). Relator: Conselheiro Alexandre Orsi Netto. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 173/15. Interessado/a: Primeira Subdefensoria Pública-Geral. Assunto: Apresentação do resultado dos trabalhos desenvolvido pela Comissão responsável pela proposição de alterações legislativas decorrentes da promulgação da Emenda Constitucional nº 80/14. Relator: Conselheiro Florisvaldo Antonio Fiorentino Junior. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 214/15. Interessado/a: Horácio Xavier Franco Neto. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP nº 026/08 (que regulamenta o estágio de Direito na Defensoria Pública, relativo à duração do estágio). Relator: Conselheiro Luiz Eduardo de Toledo Coelho. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 496/15. Interessado/a: Coordenador do Núcleo Especializado de Defesa do Consumidor. Assunto: Relatório Semestral do Núcleo Especializado (janeiro a junho de 2014). Relator: Conselheiro Luiz Eduardo de Toledo Coelho. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 508/15. Interessada: Defensoria Pública-Geral do Estado. Assunto: Proposta de abertura do VII Concurso Público de Provas e Títulos para Ingresso na Carreira de Defensor Público do Estado. Relator: Conselheiro Horácio Xavier Franco Netto. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 518/15. Interessado/a: Carolina Dalla Valle Bedicks. Assunto: Pedido de afastamento para participação em Curso de mestrado no exterior, no período de agosto de 2015 a junho de 2016. Relator: Conselheiro Luiz Eduardo de Toledo Coelho. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 521/15. Interessado/a: Primeira Subdefensoria Pública-Geral. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP nº 111/09 (que institui o Regimento Interno dos Servidores Públicos da Defensoria Pública do Estado de São Paulo). Relator: Conselheiro Luiz Eduardo de Toledo Coelho. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 524/15. Interessado/a: Comissão de monitoramento da atividade de atendimento às pessoas presas provisoriamente. Assunto: Relatório semestral de atividades da Comissão (agosto de 2014 a abril de 2015). Relatora: Conselheira Fabiana Botelho Zapata. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 563/15. Interessado/a: Apadep. Assunto: Pedido de liminar de suspensão de efeitos contra a recomendação da Corregedoria Geral nº 29, de 14 de julho de 2015. Relator: Conselheiro Luiz Eduardo de Toledo Coelho. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 603/15. Interessado/a: Terceira Subdefensoria Pública-Geral. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP nº 01/06 (que dispõe sobre o Regimento Interno do Conselho Superior). Relator: Conselheiro Octavio Ginez de Almeida Bueno. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 625/15. Interessado/a: Coordenação da Comissão de Estudos Interdisciplinares. Assunto: Resultado dos trabalhos desenvolvidos pela comissão, nos termos do artigo 10 da Deliberação CSDP nº 187/10 (que disciplina a estrutura e funcionamento dos Centros

de Atendimento Multidisciplinar). Relator: Conselheiro Alexandre Orsi Netto. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 108/16. Interessado/a: Luiz Felipe Azevedo Fagundes. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP nº 253/12 (que disciplina a possibilidade de compensação de dias trabalhados no âmbito da Defensoria Pública do Estado). Relator: Conselheiro Horácio Xavier Franco Neto. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 242/16. Interessado/a: Carolina Gomes Duarte. Assunto: Pedido de afastamento para cursar disciplinas de mestrado, no período de março a junho de 2016. Relator: Conselheiro Luiz Eduardo de Toledo Coelho. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 245/16. Interessado/a: Felix Roberto Damas Junior, Lucas Pampana Basoli e Cesar Augusto Luiz Leonardo. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP nº 10/06 (que estabelece regras para a realização do concurso de ingresso na Carreira de Defensor Público). Relatora: Conselheira Ana Paula Kayamori Oliveira. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 257/16. Interessado/a: Primeira Subdefensoria Pública-Geral do Estado. Assunto: Proposta de deliberação, visando regulamentar a atividade de educação em direitos na Defensoria Pública do Estado. Relatora: Conselheira Ana Paula Kayamori Oliveira. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 258/16. Interessado/a: Primeira Subdefensoria Pública-Geral do Estado. Assunto: Proposta de substitutivo de projeto de lei, que fixa o subsídio mensal dos Defensores Públicos, altera a Lei Complementar nº 1.050/08, fixa data-base para fins de revisão dos vencimentos e proventos do seu quadro de servidores, possibilita a instituição de funções de confiança e dá outras providências. Relator: Conselheiro Florisvaldo Antonio Fiorentino Junior. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 261/16. Interessado/a: Pedro Antonio de Avellar. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP nº 01/06 (que trata do regimento interno do Conselho Superior). Relatora: Conselheira Ana Paula Kayamori Oliveira. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 263/16. Interessado/a: Luis Guilherme Pereira Delledono e Maria Cecilia Remoli de Souza Lopes. Assunto: Remoção por permuta (07ª DP e 13ª DP da Unidade Bauru). Relator: Conselheiro Alexandre Orsi Netto. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 401/16. Interessado/a: Primeira Subdefensoria Pública-Geral do Estado. Assunto: Apresentação de relatório final desenvolvido pelo Grupo de Trabalho sobre a Regional Infância e Juventude. Relator: Conselheiro Lucio Mota do Nascimento. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 433/16. Interessado/a: Fabricio Pereira Quintanilha. Assunto: Pedido de providências com relação ao serviço de automação da justiça (SAJ), na modalidade plataforma virtual E-SAJ. Relatora: Conselheira Ana Paula Kayamori Oliveira. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 443/16. Interessado/a: Coordenador Auxiliar da Unidade São Miguel Paulista. Assunto: Recurso administrativo em conflito de atribuições suscitado pela Unidade Plantão Cível, Regional Central da Capital. Relatora: Conselheira Ana Paula Kayamori de Oliveira. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 445/16. Interessado/a: Marcos Antonio Barbieri Gonçalves. Assunto: Pedido de afastamento para participação no curso de doutorado "Psicologia como profissão e ciência", no período de 04 anos. Relator: Conselheiro Lucio Mota do Nascimento. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 463/16. Interessado/a: Coordenadora do Núcleo Especializado da Infância e Juventude. Assunto: Proposta de deliberação, que regulamenta a visita dos Defensores Públicos que atuam na área da Infância e Juventude às unidades da Fundação Casa. Relator: Conselheiro Florisvaldo Antonio Fiorentino Junior. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 468/16. Interessado/a: Coordenadora do Núcleo Especializado de Promoção e Defesa dos Direitos da Mulher. Assunto: Relatório final das atividades da função de Coordenadora do Núcleo Especializado. Relator: Conselheiro Luiz Eduardo de Toledo Coelho. O Conselho Superior

DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 475/16. Interessado/a: Dario Augusto Arantes. Assunto: Proposta de deliberação para regulamentação de trabalho em casa - projeto home office. Relatora: Conselheira Ana Paula Kayamori de Oliveira. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 481/16. Interessado/a: Coordenador do Núcleo Especializado de Defesa do Consumidor. Assunto: Relatório semestral do Núcleo Especializado (fevereiro a julho de 2016). Relator: Conselheiro Luiz Eduardo de Toledo Coelho. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 492/16. Interessado/a: Coordenação da Regional Infância e Juventude. Assunto: Pedido de regulamentação de trabalho extraordinário, que decorre de decisões externas à Defensoria Pública. Relator: Conselheiro Octavio Ginez de Almeida Bueno. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 501/16. Interessado/a: Renato Campos Pinto De Vitto. Assunto: Pedido de afastamento para exercer o cargo de Chefe de Gabinete da Presidência no Conselho Nacional de Justiça. Relator: Conselheiro Luiz Eduardo de Toledo Coelho. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 503/16. Interessado/a: Alessandro Izzo Coria e Eduardo Belmudes. Assunto: Proposta de deliberação, que define normas gerais de criação, transferência, extinção e remoção de órgão de atuação, bem como de Defensorias Regionais. Relator: Conselheiro Pedro Antonio de Avellar. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 538/16. Interessado/a: Julia Almeida Baranski. Assunto: Pedido de revogação de ato normativo do presidente da banca examinadora do VII Concurso de ingresso na carreira de Defensor Público. Relator: Conselheiro Julio Cesar Tanone. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 025/17. Interessado/a: Clarissa Christianne Rodrigues Souza. Assunto: Pedido de afastamento para participação no curso de mestrado do programa de pós-graduação, no período de 24 meses. Relator: Conselheiro Luiz Eduardo de Toledo Coelho. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 387/17. Interessado/a: Apadep. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP nº 259/12 (que disciplina a concessão do auxílio alimentação aos membros da Defensoria Pública do Estado). Relatora: Conselheira Fabiana Botelho Zapata. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 451/17. Interessado/a: Regional Infância e Juventude. Assunto: Proposta de deliberação para criação de cargos em razão da instalação de duas novas varas de conhecimento no Fórum Especial da Infância e Juventude da Capital. Relatora: Conselheira Fabiana Botelho Zapata. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 453/17. Interessado/a: Pedro Antonio de Avellar. Assunto: Proposta de alteração da deliberação CSDP nº 01/06 (que dispõe sobre o Regimento Interno do Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado de São Paulo). Relator: Conselheiro Horacio Xavier Franco Neto. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 454/17. Interessado/a: Felix Roberto Damas Junior. Assunto: Proposta de alteração das deliberações CSDP nº 281/13 (que dispõe sobre o processamento de Manifestações na Ouvidoria-Geral e fixa a política institucional de Subouvidorias). Relator: Conselheiro Julio Cesar Tanone. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 471/17. Interessado/a: Estagiários de Direito da Unidade Jacareí. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP nº 026/06 (que regulamenta o estágio de Direito na Defensoria Pública do Estado e dá outras providências). Relatora: Conselheira Fabiana Botelho Zapata. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 476/17. Interessado/a: Felix Roberto Damas Junior. Assunto: Proposta de alteração das deliberações CSDP nº 013/06 (que regulamenta a concessão de diárias, dispõe sobre o reembolso de transportes e dá outras providências). Relator: Conselheiro Lucio Mota do Nascimento. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 514/17. Interessado/a: Marcos Antônio Barbieri Gonçalves. Assunto: Pedido de afastamento para participação no curso de pós-graduação, no período de 01 de agosto a 12 de dezembro de

2017. Relator: Conselheiro Lucio Mota do Nascimento. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 519/17. Interessado/a: Defensores Públicos da Unidade Varas Singulares. Assunto: Proposta de criação e pronto provimento do segundo cargo de Defensor Público da 32ª Vara Criminal da Capital. Relatora: Conselheira Ana Paula Kayamori de Oliveira. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 525/17. Interessado/a: Clarissa Christianne Rodrigues Souza. Assunto: Pedido de afastamento para participação no curso de mestrado do programa de pós-graduação, no período de 21 de agosto a 08 de dezembro de 2017. Relator: Conselheiro Luiz Eduardo de Toledo Coelho. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 538/17. Interessado/a: Coordenador do Núcleo Especializado de Defesa do Consumidor. Assunto: Relatório semestral do Núcleo Especializado (fevereiro a julho de 2017). Relator: Conselheiro Luiz Eduardo de Toledo Coelho. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 556/17. Interessado/a: Segunda e Terceira Subdefensorias Públicas-Gerais. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP nº 206/11 (que regulamenta o concurso de remoção). Relator: Conselheiro Horacio Xavier Franco Neto. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 561/17. Interessado/a: Julio Cesar Tanone. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP nº 337/17 (Institui o serviço voluntário no âmbito da Defensoria Pública do Estado de São Paulo). Relator: Conselheiro Octavio Ginez de Almeida Bueno. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 576/17. Interessado/a: Emerson Martins dos Santos e Sandra Regina Tabossi Freire. Assunto: Proposta de edição de projeto de lei complementar, visando o reconhecimento do estágio de direito na Defensoria Pública como tempo de serviço público para todos os fins, exceto aposentadoria. Relator: Conselheiro Florisvaldo Antonio Fiorentino Junior. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 580/17. Interessado/a: Edepe. Assunto: Pedido de indicação de Defensor Público para compor o Conselho da Escola da Defensoria Pública. Relator: Conselheiro Luiz Eduardo de Toledo Coelho. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 584/17. Interessado/a: Coordenadora do Núcleo Especializado de Habitação e Urbanismo. Assunto: Relatório semestral do Núcleo Especializado (fevereiro a julho de 2017). Relatora: Conselheira Fabiana Botelho Zapata. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 588/17. Interessado/a: Renato Campos Pinto De Vitto. Assunto: Relatório de atividades desenvolvidas no período de 19 de setembro de 2016 a 06 de outubro de 2017, junto ao Conselho Nacional de Justiça. Relator: Conselheiro Luiz Eduardo de Toledo Coelho. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 589/17. Interessado/a: Corregedoria-Geral da Defensoria Pública do Estado. Assunto: Proposta de alteração da deliberação CSDP nº 01/06 (que dispõe sobre o Regimento Interno do Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado de São Paulo). Relator: Conselheiro Lucio Mota do Nascimento. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 598/17. Interessado/a: Danilo Mendes Silva de Oliveira. Assunto: Proposta de estruturação da instituição com recursos humanos para exercício da atividade de assessoria ou assistência jurídica aos membros atuantes na atividade-fim. Relator: Conselheiro Luiz Eduardo de Toledo Coelho. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 605/17. Interessado/a: Corregedoria-Geral da Defensoria Pública do Estado. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP nº 026/06 (que regulamenta o estágio de Direito na Defensoria Pública do Estado e dá outras providências). Relator: Conselheiro Horacio Xavier Franco Neto. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 606/17. Interessado/a: Corregedoria-Geral da Defensoria Pública do Estado. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP nº 024/06 (que trata do relatório semestral de estágio probatório). Relator: Conselheiro Julio Cesar Tanone. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP

nº 001/18. Interessado/a: Primeira Subdefensoria Pública-Geral do Estado. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP nº 143/09 (que fixa as atribuições dos Defensores Públicos na instituição). Relator: Conselheiro Leandro de Col Loss. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 035/18. Interessado/a: Coordenação do Núcleo Especializado da Infância e Juventude. Assunto: Relatório final das atividades da função de Coordenador/a do Núcleo Especializado. Relator: Conselheiro Luiz Eduardo de Toledo Coelho. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 041/18. Interessado/a: Coordenação do Núcleo Especializado de Habitação e Urbanismo. Assunto: Proposta de abertura de inscrições para membros e/ou colaboradores dos Núcleos Especializados. Relator: Conselheiro Octavio Ginez de Almeida Bueno. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 086/18. Interessado/a: Coordenação do Núcleo Especializado de Situação Carcerária. Assunto: Relatório semestral do Núcleo Especializado (agosto de 2017 a janeiro de 2018). Relatora: Conselheira Fabiana Botelho Zapata. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 278/18. Interessado/a: Primeira Subdefensoria Pública-Geral do Estado. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP nº 38/07, nº 66/08, nº 67/08, nº 69/08, nº 83/08, nº85/08, nº 105/08, nº 124/09, nº 127/09, nº 156/10, nº 180/10, nº 220/11 e nº 296/14. Relator: Conselheiro Lucio Mota do Nascimento. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 362/18. Interessado/a: Coordenadora do Núcleo Especializado de Direitos do Idoso e da Pessoa com Deficiência. Assunto: Proposta de abertura de inscrições para membros e/ou colaboradores dos Núcleos Especializados. Relator: Conselheiro Octavio Ginez de Almeida Bueno. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 365/18. Interessado/a: Luciana de Oliveira Marçaioli e Luis Fernando Vilas Boas Bonachela. Assunto: Remoção por permuta (03ª DP da Unidade Dipo/Jecrim e 02ª DP da Unidade Lapa). Relator: Conselheiro Pedro Antonio de Avellar. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 368/18. Interessado/a: Coordenação do Núcleo Especializado de Defesa da Diversidade e da Igualdade Racial. Assunto: Proposta de abertura de inscrições para membros e/ou colaboradores dos Núcleos Especializados. Relatora: Conselheira Fabiana Botelho Zapata. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 371/18. Interessado/a: Coordenação do Núcleo Especializado de Segunda Instância e Tribunais Superiores. Assunto: Proposta de alteração da Deliberação CSDP nº 084/08 (que trata da participação, como membros ou colaboradores, dos Núcleos Especializados, fixa o limite de seus integrantes, e dá outras providências). Relator: Conselheiro Leandro de Col Loss. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 373/18. Interessado/a: Paulo Keishi Ichimura Kohara. Assunto: Pedido de afastamento para participação no curso "Laboratório Unidade Transversal de Pesquisa Psicogênese e Psicopatologia", a ser realizado no período de 17 de setembro a 14 de novembro de 2018. Relator: Conselheiro Luiz Eduardo de Toledo Coelho. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 389/18. Interessado/a: Elisabete Freire Magalhães. Assunto: Pedido de afastamento para participação no evento "VI Congresso Internacional de stress", a ser realizado no dia 20 de abril de 2018. Relator: Conselheiro Horácio Xavier Franco Neto. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 381/18. Interessado/a: Coordenação do Núcleo Especializado de Cidadania e Direitos Humanos. Assunto: Proposta de abertura de inscrições para membros e/ou colaboradores dos Núcleos Especializados. Relator: Conselheiro Julio Cesar Tanone. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 382/18. Interessado/a: Maria Beatriz de Alcantara Sa e Paula Manzella Romano. Assunto: Remoção por permuta (04ª DP da Unidade Vila Prudente e 07ª DP da Unidade São Vicente). Relator: Conselheiro Leandro de Col Loss. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CSDP nº 385/18. Interessado/a: Julio Camargo de Azevedo. Assunto: Pedido de afastamento para participação no evento "Seminário: violência de gênero: Desafios e

perspectivas para proteção integral das mulheres", a ser realizado no período de 11 a 12 de junho de 2018. Relator: Conselheiro Pedro Antonio de Avellar. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CGDP CAEP nº 006/16. Interessado/a: Bruna de Cassia Teixeira. Assunto: Defensor Público em Estágio Probatório. Relator: Conselheiro Luiz Eduardo de Toledo Coelho. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CGDP CAEP nº 009/17. Interessado/a: Eduardo Fontes da Silva. Assunto: Defensor Público em Estágio Probatório. Relator: Conselheiro Lucio Mota do Nascimento. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CGDP CAEP nº 007/17. Interessado/a: Erica Leoni Ebeling. Assunto: Defensor Público em Estágio Probatório. Relator: Conselheiro Luiz Eduardo de Toledo Coelho. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. CGDP CAEP nº 004/16. Interessado/a: Thomaz Fiterman Tedesco. Assunto: Defensor Público em Estágio Probatório. Relator: Conselheiro Horacio Xavier Franco Neto. O Conselho Superior DELIBEROU, por unanimidade, prorrogar a discussão e a votação para a próxima sessão. Não havendo mais processos a serem votados na ordem do dia, a Presidente deu por encerrada a sessão às 18h06min. Eu, Paula Hora Santos, Secretária Executiva do Conselho Superior, lavrei esta ata, que será objeto de aprovação na abertura dos trabalhos da próxima sessão. São Paulo aos vinte dias do mês de abril do ano de 2018.

Juliana Garcia Belloque
Presidente

Patrícia Lucíola Dias de Morais
Representando a Corregedoria-Geral

Fabiana Botelho Zapata
2ª Subdefensoria Pública-Geral

Florisvaldo Antonio Fiorentino Junior
3ª Subdefensoria Pública-Geral

Alexandre Orsi Netto
Conselheiro

Horácio Xavier Franco Neto
Conselheiro

Julio Cesar Tanone
Conselheiro

Leandro de Col Loss
Conselheiro

Lucio Mota do Nascimento
Conselheiro

Luiz Eduardo de Toledo Coelho
Conselho

Octavio Ginez de Almeida Bueno
Conselheiro

Pedro Antonio de Avellar
Conselheiro

Leonardo Scofano Damasceno Peixoto
Representante da Apadep

Alderon Pereira da Costa
Ouvidor-Geral